

## O ECO DAS IDENTIDADES: UM OLHAR SOBRE “NÓS” E OS “OUTROS”

Andrêssa Barbosa da Silva  
andressasilvafsa@gmail.com

**Resumo:** O uso do conceito de identidade como representação social, na medida em que formula uma maneira de ser, que pode ser inventada ou internalizada, mas que é consentida e assumida, o que significa sempre uma sedução ou convencimento de si próprio. A tensão da ruptura temporal ou das multiplicidades de temporalidades contidas na história faz com que os alunos tenham aversão ao passado e cometam anacronismos imediatistas, ainda mais quando se trata da diferença de valores morais e éticos. Isso desemboca numa outra tensão, o professor como mediador por excelência deve auxiliar no desenvolvimento da consciência histórica, ou seja, quando é colocado em perspectiva a própria experiência no tempo. A construção de sentido no campo histórico realiza-se através dos efeitos sobre a vida prática, que é sempre um fator do processo de aprendizagem, em algum momento da vida em sociedade o sujeito têm de se orientar historicamente, assim como também tem que construir sua identidade para viver, ou seja, para agir “intencionalmente” ou melhor, “racionalmente”. É preciso entender o jogo de representações que circula no imaginário contemporâneo para perceber a realidade e pautar a existência de tal capacidade de produzir reconhecimento e legitimidade social. A partir de tais considerações busca-se refletir sobre a formação da identidade e a tensão entre as representações, assim como seus efeitos na vida prática, o que nos permite pensar em gênero e racismo.

**Palavras – chave:** Identidade, representação, imaginário, racismo e gênero.

### Introdução

As questões suscitadas sobre o *multiculturalismo* e as noções sobre a *diferença* nos conduziram a um caminho vago e benevolente com relação à tolerância e ao respeito à diversidade. Em geral, sabemos que é bastante problemática a perspectiva que se tem sobre a ideia de *multiculturalismo*, visto que este se apóia no falso respeito e na *tolerância*, afinal tolerar e aceitar dentro deste contexto são palavras e ações totalmente distintas.

Em uma primeira aproximação com a diversidade para proclamar a sua existência é necessário pontuar as noções sobre *identidade* e *diferença*. Ambas tendem a ser cristalizadas, naturalizadas e homogeneizadas, na medida em que são tomadas como dados ou fatos decorrentes da vida social, deste modo se deve tomar posição frente a eles. O que na verdade acontece é que quando lidamos com esses fatos ou dados

devemos tomar uma posição “socialmente aceita” e a mais recomendada é de respeito e tolerância com o que se considera ser “diferente”, ou melhor, com o “outro”.

A partir da perspectiva de que a identidade só tem como referência a si própria, ou seja, ela é auto-suficiente e contida em si mesmo, admite-se que a cada afirmação tem-se uma extensa cadeia de “negações”. Um exemplo claro é quando se diz “sou mulher”, “sou negra”, “sou homossexual”, a identidade assim concebida está relacionada a algo positivo, a uma característica autônoma, um fato ou dado independente. Na mesma linha de raciocínio a diferença é concebida como independente, ela se remete a alteridade, sempre se referindo ao “outro”. Como exemplo: “ela é branca”, “ele é heterossexual”, “eles são brasileiros”. Vejamos a seguir no fragmento abaixo extraído da obra *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais* de Tomaz Tadeu da Silva como funciona a produção da identidade e da diferença.

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação lingüística. Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são "elementos" da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2009, p.76)

Sendo assim é perceptível que o processo de produção simbólica e discursiva resulta na construção da identidade e da diferença. Porém tanto a identidade quanto a diferença são relações sociais, o que implica que estão sujeitas a vetores de força, aos jogos de poder. De maneira nenhuma convivem harmoniosamente, são arremessadas a um campo de hierarquias, são disputadas, marcadas pela indeterminação, pela instabilidade, na realidade não são fixas, naturais ou predeterminadas.

Na disputa pela identidade que seja hegemônica está envolvido um confronto mais amplo do que a diferença entre grupos sociais, a afirmação da identidade e a exposição da diferença traduz sempre um desejo, então se faz presente uma relação estreita com o poder. A possibilidade de definir o que somos e de marcar as diferenças jamais pode ser separado do poder, visto que essa relação não será nunca inocente.

A mais importante forma de classificação gira em torno das oposições, ou seja, de duas classes polarizadas. Enxergar a identidade e a diferença como relação de poder

é problematizar a normalização, sabemos que fixar as formas privilegiadas de hierarquização, é, portanto construir um parâmetro avaliativo. A identidade “normal”, hegemônica é “natural” tanto que geralmente nem é vista como uma identidade e sim como a identidade dominante, única e desejável. Decorre daí uma definição de mundo construído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos da sociedade, aquele que tem o poder simbólico, tem o controle da vida social e uma relação histórica de força suprema. Isso quer dizer que este grupo vai impor a sua maneira de ver o mundo e estabelecer classificações e divisões e propor normas e valores que orientam os comportamentos sempre procurando impor limites.

Outro conceito que orienta a postura desse novo olhar da história é o da *representação*. Segundo Sandra Jatahy Pesavento<sup>1</sup>, expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas.

Dotadas de força integradora e coesiva essas representações constroem a realidade a partir de uma relação ambígua que se estabelece entre ausência e presença, envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento e exclusão. A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilizar e produzir legitimação e rejeição. Paradoxalmente numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não está diretamente ligada a uma identidade étnica ou racial, mas sim a força homogeneizadora da representação dita como “normal”, naturalizada, portanto proporcionalmente invisível.

É bastante interessante refletir sobre o movimento entre fronteiras, aqui mais do que a partida ou a chegada é relevante colocar em evidência a instabilidade e a fixação da identidade. Ao chamar a atenção para o caráter cultural e construído do gênero e do racismo é impossível não questionar as oposições binárias – masculino/feminino, branco/negro – nas quais se baseia o processo de fixação das identidades étnicas e das identidades sexuais. A possibilidade de “cruzar essas fronteiras” ou de “está na fronteira” é visto como a construção de uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração de caráter “artificial” imposto pelas identidades fixas.

---

<sup>1</sup> Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural.

Neste ponto um novo conceito se apresenta como parte do elenco que formula as mudanças epistemológicas, o *imaginário* que Sandra Jatahy Pesavento define como “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.”<sup>2</sup> A ideia de imaginário como um sistema que compreende e constitui o conjunto de representações é dotado de coerência e articulação. Trata-se da construção de um mundo paralelo sobre a realidade, uma construção social e histórica. Sendo histórico e datado o imaginário em cada época teve seu significado preenchido de sentido pelos os homens que construíram suas representações, uma vez que expressada por palavras/discursos/sons. O imaginário também comporta crenças, mitos, ideologias, valores, conceitos, aponta semelhanças e diferenças hierarquizando e dividindo o meio social.

A idéia de pertencimento da identidade é uma construção imaginária que produz uma coesão e “coerência” social, deste modo é permitida a ligação da parte com o todo. A inserção do individuo frente a uma coletividade, com isso é estabelecido a diferença. Frente ao “eu” ou a “nós” se coloca o estrangeirismo do “outro”, o que é importante considerar não é a constatação da diferença como um fenômeno posto pela diversidade, mas sim pela maneira como se constrói pelo imaginário essa diferença. É justamente conceber-se a si próprio que dá segurança, que conforta e que marca uma determinada presença no espaço e no tempo, esta ambivalência entre o específico e o universal convida a “nós” identitário a ter uma comunhão com a alteridade, neste sentido haverá sempre uma distância que se renova entre o pensar e o redescobrir.

Algumas representações que circulam no imaginário contemporâneo possui a capacidade de (re)produzir legitimação e reconhecimento, assim como também por conta disso promove a exclusão, que pode ser vista como categoria que representa o social, que indica sempre uma negação ou rejeição, mas que reconhece a existência. O racismo e os estereótipos sexuais são resultados das tensões entre as representações constituídas pelo “dominador tolerante” e o “dominado tolerado”. É interessante pensar esta relação no âmbito escolar, por exemplo:

Pedagogicamente, as crianças e os jovens, nas escolas, seriam estimulados a entrar em contato, sob as mais variadas formas, com as mais diversas expressões culturais dos diferentes grupos culturais. Para essa perspectiva, a diversidade cultural é boa e expressa, sob a superfície, nossa natureza humana comum. O problema central, aqui, é que esta abordagem simplesmente deixa de questionar as relações de poder e os processos de

---

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. p. 43

diferenciação que, antes que tudo, produzem a identidade e a diferença. Em geral, o resultado é a produção de novas dicotomias, como a do dominante tolerante e do dominado tolerado ou a da identidade hegemônica, mas benevolente e da identidade subalterna, mas "respeitada".(SILVA, 2009, p.98)

Anteriormente havia mencionado o racismo e os estereótipos sexuais, de fato existem e são tensões dotadas de conflitos, portanto se impõe uma ordem de consideração dimensional estereotipada ou simbólica que metaforicamente expressa no jogo de identidade/alteridade não mede critérios de veracidade, mas sim de plausibilidade, um padrão avaliativo de identidade imposto que encontra eco de alguma forma no olhar dos “outros” sobre “nós”. A tarefa de produção da montagem de um marco identitário é resultado de uma combinação da cultura exposta como mosaico estético que oscila entre o autêntico e o exótico.

Compreender a forma pela qual se articulam e reconfiguram determinadas temporalidades é a questão que nos move a discutir a redescoberta de sentidos pela imagem e pela palavra, que conseguem adesão e mobilização, oferecendo-se como um dado pronto. É importante entender que o passado criado e restabelecido pela memória e pela história é que fixa os indicadores do reconhecimento, assim como o presente estabelece um padrão identitário que serve de elemento de coesão social e legitimação de uma ordem que induz ações e pauta comportamentos. Já o futuro se expressa pelo projeto político incluso no *horizonte de expectativas*<sup>3</sup> que aponta para certa finalidade no qual devem ser ancorados ideais, que partem rumo a um engajamento.

Ao longo do tempo os grupos sociais excluídos respondem com apelos e planos de ordem, demonstrando o poder do imaginário de representar o mundo e dar-lhe sentido. Radicalizando esse potencial podemos pensar no público consumidor das representações dominantes, lembrando que aquilo que é deixado de fora é sempre parte da constituição do “dentro”, essas representações é permanentemente assombrada pelo *outro*. E o problema é que esse “outro” atua numa sociedade em que a identidade torna-se cada vez mais difusa e descentrada, expressada por muitas dimensões. O “outro” é o corpo diferente, é a cor diferente, é a outra nacionalidade. O outro é o “outro” gênero, “outra” sexualidade, “outra” raça, é explicitamente ignorado e reprimido, mas a volta do outro é inevitável, é com essa experiência de conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência que se preenche o problema social do mundo heterogêneo.

---

<sup>3</sup> Cf. KOSELLECK, Reinhardt. Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos.

Nessa perspectiva podemos diagnosticar dentro dos espaços destinados a educação um problema pedagógico e curricular. Afinal, será que uma pedagogia e um currículo centrado não na diversidade baseada na tolerância, mas na diferença concebida como processo, e uma formação que não se limita a celebrar as coisas de forma simplista e passiva que buscasse problematizar, teria um melhor resultado?

A desconstrução para um professor de história deve partir sempre das frases empregadas habitualmente em sala de aula pelos estudantes: “quem gosta de passado é museu”, “De nada serve o passado, se vivo no presente”, “O que passou, simplesmente passou, não tenho interesse”. É preciso reconhecer o profundo potencial transformador do conhecimento histórico, dispensando interpretações apressadas, feitas sob o impacto de situações acaloradas.

Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”. (PINSKY, 2009, p.28)

A experiência histórica possui um encantamento que se pode aproveitar como oportunidade de aprendizagem. A identificação e o espanto coordenam o que poderia ser enunciado como o “próximo” e o “distante” da realidade presente. É interessante também observar que o termo “didática”, este vai bem além de recursos pedagógicos do ensino de história, nesse sentido a função prática do conhecimento histórico produz efeitos nos processos de aprendizagem na medida em que se dá a formação histórica, constituída por experiência, interpretação e orientação. Em outras palavras, o que se apresenta aqui é a necessidade da “orientação histórica tanto para dentro (identidade) como para fora (práxis)”<sup>4</sup>. Deste modo de acordo com Jörn Rüsen, o âmbito das experiências deve se estender a interpretação, ambas as dimensões articuladas geram uma terceira, a dimensão de orientação da vida prática.

Quando se evoca o passado o espetáculo observado pelo historiador é bastante forte, e de certa maneira a sua posição não é intervir, mas apenas olhar, é contemplar e perceber que há um lugar que nos arremessa para “dentro” e para “fora” da história. E é neste lugar que desejo situar a relação da brancura das camadas médias brasileiras

---

<sup>4</sup> RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história : formas e funções do conhecimento histórico. p. 87.

analisadas por John Norvell<sup>5</sup> e das duas narrativas contraditórias a respeito do papel da mistura de raças no Brasil. A primeira descreve uma civilização racialmente mesclada, e vê isso como algo positivo da cultura brasileira. Na segunda as classes média e alta não fazem parte desta mistura racial da vida nacional, assim como também estão fora do núcleo cultural, localizado geograficamente nos locais mais afastados dos centros das cidades, com hábitos, costumes e cultura musical diferente, a forma das classes baixas de viver é completamente diferente.

Uma vez que a brancura é entendida como europeia e portuguesa, a maioria dos indivíduos pertencentes à classe média reluta em aceitar esta designação para si mesmo. De acordo com a visão de que o Brasil é um país miscigenado, não se fala da brancura como característica valorizada, mas por outro lado é exposto um passado de imigrantes da família ou o dinheiro e relações sociais que os mantinham afastados dos lugares onde acontecia a “cultura”. Então é apontada a aversão ao Carnaval, por exemplo, festa tradicional típica do Brasil muitas vezes sai da cidade nesta época e confessam que não sabem sambar. O olhar exótico dos brasileiros de classe média para a cultura é nítido, não partilham os valores culturais que constitui o núcleo da nação. Para se ter uma melhor compreensão acerca dessa questão, o trecho abaixo de um depoimento colhido por John Norvell tende a elucidar esta relação paradoxal.

Um advogado de classe média alta me disse: “Assim como você é um gringo aqui, eu também.” Apontou para a rua e explicou: “Meu nome não é da Silva. Não uso gíria o tempo todo. Não sambo. Não tenho sangue negro.”<sup>6</sup>

Esta entrevista nos permite observar vários pontos que assegure que a parte crucial desta narrativa é a fala de si mesmo como alguém que está de fora. Primeiro é ausência de sangue negro, embora se descreve como produtos de uma miscigenação, essa afirmação tende a desaparecer no plano real. Isso quer dizer que dado o domínio econômico das classes média e alta, portanto, de pessoas de pele clara, podemos concluir que existe uma lógica racista por meio do qual o “outro” racial e culturalmente marcado é tratado de forma inferior em relação a uma brancura normativa.

O caminho percorrido até agora nos conduz a um novo paradigma que deriva da arte de ferir a própria forma de pensar, trata-se de formar com o propósito de que a sedução do discurso jamais dispensa o rigor do seu conteúdo. Jörn Rüsen tem uma

---

<sup>5</sup> Cf. NORVELL, John. A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras. *In*. REZENDE, Cláudia Barcellos e MAGGIE, Yvonne. Raça como retórica: a construção da diferença.

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*. p. 261.

ótima definição para o conceito de formação: para ele formar-se historicamente é “romper o véu de familiaridade com o passado”, é desta forma “reconhecer o estranho como o próprio”.<sup>7</sup> Portanto percebe-se que quando as escritas e a própria leitura do professor secundarista tende a cristalizar identidades, isso acaba por transformar o jovem em um ancião, fazendo com que ele acredite que sua limitada experiência já esgotou todas as possibilidades.

É necessário entender que os homens carregam consigo o poder de pensar e sentir, ou seja, de traduzir o mundo em razões e sentimentos, pois o passado pretende atingir a “sensibilidade” que corresponde à percepção e a tradução da experiência humana. É a partir da experiência histórica pessoal que se evoca emoções, idéias, sentimentos, desejos e receios. O mais importante a ser ressaltado que é essencial compreender como todo agente emerge em um mundo de história, que o crescimento e autonomia crítica de quem vive a história, de quem a investiga, que a ensina e que a aprende está dentro de um processo contínuo de tomada de consciência de sua própria historicidade.

Uma tendência é a supervalorização do *desconstrutivismo*, só a desconstrução não basta, o vazio provocado tira o poder de ação das mãos dos sujeitos históricos. É preciso que os alunos tenham acesso aos discursos, que conheçam as versões em torno dos fatos históricos. Assim como também não se deve perpetuar afirmações que podem tornar-se perigosas, além de não serem verdadeiras, acabam se tornando veículo de preconceito e de segregação. É o caso, por exemplo, de “verdades” como “as mulheres são inferiores”. Sabe-se perfeitamente que foi legitimada a distinção entre as duas formas de ser e de agir conforme o sexo biológico, e que a ideologia dominante construiu um discurso que foi partilhado e difundido em um nível de ordem social que apenas propagou as desigualdades e o sexismo. Assim, é importante considerar a expressividade desse discurso como elemento primordial na construção da subjetividade feminina e masculina, e da manutenção das relações sociais e de poder. Percebe-se, por exemplo, que, apesar de a mulher ter conseguido sua emancipação social, ingressado no mercado de trabalho, e das mudanças na estrutura familiar e das revoltas sociais buscando a igualdade, continua existindo na sociedade a discriminação sexual contra a mulher.

---

<sup>7</sup> RÜSEN, Jörn. História viva: Teoria da História III – Formas e funções do conhecimento histórico. p. 108.

Contudo, deve-se adotar estratégias para evitar enfoques eurocêntricos e etnocêntricos, é preciso refletir sobre o desempenho da interpretação histórica na compreensão que o aluno tem de si mesmo e do presente. As referências contemporâneas não fazem desaparecer as diferenças entre o passado e o presente, mas alimenta de tal forma que na distancia temporal se vislumbra uma perspectiva para o futuro. A função da história não se limita a caminhar pelas discontinuidades, pelo caos e pela intemperança das formas de evasão do tempo, mas antes de tudo se dispõem a promover o ordenamento do mundo, a orientar os homens no tempo, a elaborar e tornar possível o domínio do imprevisível, através de seu potencial de resignificação.

### **Agradecimentos**

Agradeço ao fomento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID da CAPES, pela bolsa.

### **Referências bibliográficas**

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar. Por uma História prazerosa e conseqüente. *In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.* 5º ed., 2º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural.* Belo horizonte: Autêntica, 2003.

PRAUN, Andrea Gonçalves. *Sexualidade, gênero e suas relações de poder.* Revista Húmus - ISSN: 2236-4358 Jan/Fev/Mar/Abr. 2011. Nº 1.

REZENDE, Cláudia Barcellos & MAGGIE, Yvonne. *Raça como retórica: a construção da diferença.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RÜSEN, Jörn. *História viva: Teoria da História III – Formas e funções do conhecimento histórico.* Brasília: Editora da UnB, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.